

80º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Juiz fixa 1 de Agosto como data da leitura da sentença do maior julgamento da história de Moçambique

- Um dado curioso é que a leitura da sentença será feita a um mês da realização do XII Congresso da Frelimo, evento que vai eleger o candidato do partido no poder às eleições presidenciais de 2024. As decisões do juiz Efigénio Baptista, sejam quais forem, poderão ter impacto na correlacção de forças dentro da Frelimo. Basta lembrar que, através dos seus advogados, a família Guebuza investiu na narrativa segundo a qual o julgamento das dívidas ilegais não passa de um expediente político contra o antigo Presidente da República.



Seis (6) meses depois, a audiência de discussão e julgamento do Processo Nº 18/2019-C chegou ao fim na quinta-feira, 10 de Março. Foram necessárias 80 sessões para o Tribunal presidido pelo juiz Efigénio Baptista ouvir 19 réus e mais de 50 declarantes.

Algumas sessões cobriram praticamente dois dias, pois começavam às 09h30 da manhã e só terminavam às 03h00 da madrugada. Depois de muitas queixas dos advogados, o juiz acabou por reconhecer o desgaste que as longas sessões causavam nos réus e outros intervenientes processuais. Reduziu o tempo de duração das sessões, sobretudo quando começou a audição dos declarantes.

E por falar de declarantes, passaram pelo Tribunal diferentes tipos de declarantes: desde oficiais de segurança de Estado; funcionários das Finanças e das Pescas; gestores das empresas ProIndicus, EMATUM e MAM; antigos advogados dos réus; proprietários de imóveis comprados pelos réus; agentes imobiliários; representantes de empresas de arquitectura e fiscalização de obras; familiares e amigos dos réus; antigos gestores do Banco de Moçambique (incluindo o antigo Governador Ernesto Gove); antigos e actuais membros do Governo.

O antigo Presidente da República Armando Guebuza, último declarante ouvido pelo Tribunal, foi à tenda da B.O assumir a responsabilidade política pela concepção do projecto denominado Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP) da Zona Económica Exclusiva, a criação das empresas ProIndicus, EMATUM e MAM. Sobre a execução do projecto, Armando Guebuza atirou responsabilidades ao então Ministro da Defesa Nacional e Coordenador do Comando Operativo, Filipe Nyusi, o grande ausente do julgamento.

Apesar de Armando Guebuza e alguns réus terem remetido para Filipe Nyusi o esclarecimento de várias questões relacionadas com a criação e gestão das empresas, bem como a contratação das dívidas ilegais, o tribunal “bloqueou” a audição do actual Presidente da República como declarante. De nada valeram os requerimentos fundamentados da defesa e do assistente no processo, a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), solicitando a audição de Filipe Nyusi, na sua capacidade de antigo Ministro da Defesa Nacional e Coordenador do Comando Operativo.

Durante a instrução preparatória do processo, Filipe Nyusi foi ouvido na qualidade de declarante pelo então Procurador-Geral Adjunto, Alberto Paulo. Dois anos depois da audição, Nyusi nomeou Alberto Paulo para o cargo de Vice-Procurador-Geral da República, uma promoção muito suspeita.

Do actual Governo, Adriano Maleiane (recentemente promovido a Primeiro-ministro) foi o único membro ouvido, na sua capacidade de Ministro da Economia e Finanças. Foi dos pou-



cos declarantes que não foi questionado pela representante do Ministério Público.

Houve declarantes que, a seu pedido, foram dispensados de prestar depoimento, houve outros que o Tribunal desistiu de os ouvir, outros simplesmente fugiram e/ou dificultaram a sua notificação e audição. Tal como disseram alguns advogados, alguns declarantes tinham tudo para sentarem-se no banco dos réus. Mas por alguma razão “escaparam” ou foram poupados pelo Ministério Público, o titular da acção penal.

Seja como for, a audiência de discussão e julgamento do processo que investiga o maior escândalo financeiro de Moçambique chegou ao fim. O juiz Efigénio Baptista marcou para 1 de Agosto a data da leitura da sentença. Nos próximos quatro (4) meses, o juiz vai dedicar-se à leitura e análise das mais de 20 mil páginas do processo, incluindo os depoimentos dos réus e declarantes feitos durante o julgamento.

Um dado curioso é que a leitura da sentença será feita a um mês da realização do XII Congresso da Frelimo, evento que vai eleger o candidato do partido no poder às eleições presidenciais de 2024. As decisões do juiz Efigénio Baptista, sejam quais forem, poderão ter impacto na correlação de forças dentro da Frelimo. Basta lembrar que, através dos seus advogados, a família Guebuza investiu na narrativa segundo a qual o julgamento das dívidas ilegais não passa de um expediente político contra o antigo Presidente da República.

A detenção de Ndambi Guebuza também é vista na mesma perspectiva: uma acção do actual Governo liderado por Filipe Nyusi que visa atingir a família Guebuza, usando os serviços da Procuradoria-Geral da República (PGR), órgão que, nas palavras do advogado Isálcio Mahanjane, foi capturado. A-propósito, a procuradora Ana Sheila Marrengula disse que a politização do processo e alega-

da captura da PGR não passa de um “discurso gasto, infundado e delirante, próprio de quem já não engana”.

“É fruto de profundo devaneio dizer que a PGR quer acabar com a Frelimo, SISE e os advogados. O Ministério Público identificou factos que, nos termos da lei, consubstanciam infracções criminais. Os réus devem discutir os factos que lhes são imputados e não procurar fantasmas”, defendeu Ana Sheila Marrengula, para depois questionar: “Comeram ou não comeram?”

O Ministério Público já pediu a aplicação da pena máxima para os réus Gregório Leão, Ângela Leão, António Carlos do Rosário, Renato Matusse, Maria Inês Moiane, Ndambi

Guebuza e Bruno Langa. Para a procuradora Ana Sheila Marrengula, os sete (7) réus foram os principais beneficiários do dinheiro desviado dos empréstimos ilegais concedidos às empresas ProIndicus, EMATUM e MAM, além da responsabilidade acrescida que alguns tinham de defender o bem público, na sua qualidade de servidores públicos.

Aos réus Cipriano Mutota, Teófilo Nhangumele, Fabião Mabunda, Mbanda Anabela Henning, Sérgio Namburete, Khessauje Pulchand, Sidónio Siteo, Crimildo Jossias, Elias Moiane, Zulficar Ali Ahmad e Naimo Kimbine, o Ministério Público pediu a aplicação de uma pena próxima do limite máximo. O Ministério Pública pediu uma indemnização

de pouco mais de dois mil milhões de dólares (valor referente aos empréstimos), acrescidos de 895 milhões de dólares de juros apurados até 2015.

O pedido de indemnização recai sobre todos os réus, à excepção de Simione Jaime Mahumane, o único reu que, no entender da procuradora Ana Sheila Marrengula, não ficou provado a prática do crime de branqueamento de capitais de que foi pronunciado. À data dos factos, Simione Jaime Mahumane era estafeta da Africâmbios, a casa de câmbios usada para a lavagem de dinheiro transferido pelo grupo Privinvest para a M Moçambique Construções, supostamente no interesse do casal Gregório e Ângela Leão.

Ninguém assume a culpa: todos os réus dizem que são inocentes e pedem a sua absolvição

Gregório Leão, antigo Director-geral do SISE, foi o primeiro reu a usar da palavra para fazer as últimas alegações da sua defesa. “O meu advogado disse todas as coisas relevantes. Sou leigo em matéria de Direito. Aprendi alguma coisa ao longo deste julgamento, mas não o suficiente para discutir Direito. Só queria fazer algumas considerações, a começar desde logo por reiterar o que disse o meu advogado (Abdul Gani). Em nenhum momento falei à verdade nas minhas declarações. Se disse que não me recordava de alguma coisa não foi por falta de respeito, mas não me lembrava mesmo. Não era uma estratégia de defesa, os factos sucederam-se há muito tempo”.

Gregório Leão foi Director-geral do SISE durante 12 anos, depois de servido como Embaixador de Moçambique em Portugal. “A avaliação feita pelos meus superiores até 30 de Janeiro de 2017 nunca foi negativa. Cessei as funções porque era tempo para descansar. Sacrifiquei muito a minha família, tive muito desgaste. As minhas funções exigiam que estivesse presente, não tinha um director-adjunto”.

Nas suas alegações, o Ministério Público disse que Gregório Leão cometeu crime de peculato porque autorizou viagens pagas pelo SISE de pessoas estranhas à instituição. “O facto é que eu despachava com os directores das áreas e não me preocupava com a composição da equipa da missão. Não conhecia todos os nomes dos quadros do SISE. Eu delegava o trabalho e isso é comum nas Forças de Defesa e Segurança (SISE). E o SISE não está proibido a trabalhar com colaboradores”, justificou-se.

Gregório Leão disse que nos primeiros dias do julgamento teve a sensação de que o SISE



é que estava a ser julgado. “O julgamento começou no dia 23 de Agosto, data da criação do SISE. O primeiro reu a ser ouvido foi Cipriano Mutota, quadro do SISE, e o primeiro declarante (Jóia Haquirene) a ser ouvido também é do SISE”. O juiz teve que justificar a escolha da data do início do julgamento e disse que sequer sabia que 23 de Agosto era a data da criação do SISE.

O antigo Director-geral do SISE disse que alguns oficiais da instituição que foram ouvidos como declarantes deram respostas que não deviam dar. “Se eu fosse interrogado num meio específico, poderia dizer tudo. Quem não tem formação na área de segurança vai perguntar o que é que têm os barcos da EMATUM com a segurança”.

Sobre a sua detenção em Fevereiro de 2019,

disse que foi notificado no seu escritório, na sede do SISE. Alegou que as pessoas explicaram-no sobre a origem do comando para a sua detenção. “Eu disse que não quero ser visto como alguém que está acima da lei. Fui à PGR e lá a Procuradoria-geral da República (Beatriz Buchili) explicou-me o que se estava a passar. Nunca dei um único gesto para perturbar a ordem neste Estado que servi e jurei a bandeira. Estamos detidos há três anos. Muito tempo. Não entendo do Direito, mas acho que os prazos de prisão preventiva foram ultrapassados”.

Gregório Leão repudiou os comentários da procuradora Ana Sheila Marrengula sobre o seu casamento e negou que o SISE tenha sido capturado, como alegou o antigo Ministro do Interior, Alberto Mondlane, quando ouvido

como declarante. “O Ministério Público é uma instituição do Estado e eu disse, na minha audição, que respeito as instituições do Estado e não volto atrás, pois é tudo verdade”.

“Eu sou inocente. Fiz tudo a mando da minha mãe (Maria Inês Moiane). Estou triste porque o Ministério Público insistiu, nas suas alegações finais, com os mesmos argumentos da acusação. Nenhum declarante veio aqui contrariar as minhas declarações sobre a compra de imóveis para a minha mãe”, **Elias Moiane**.

“Eu não fiz nada. Não conheço as empresas ProIndius, EMATUM e MAM. Não sei nada das dívidas, mas as pessoas olham para mim e dizem aquele é Naimo das dívidas ocultas. Já não sou Naimo Quimbine. Eu era simples estafeta da casa de câmbios. Eu só cumpria ordens na Africâmbios”, **Naimo Quimbine**.

“Não sei porquê razão estou aqui, talvez por ser a irmã mais velha da Ângela Leão. Eu não fiz nada. Tenho os meus filhos que não conseguiram frequentar a faculdade devido à situação em que me encontro. Neste momento estou a cuidar dos meus filhos, do filho da Ângela, da minha mãe doente, do meu marido doente, da Ângela e do meu cunhado (Gregório Leão)”, **Mbanda Anabela Henning**.

“Eu sou inocente. Eu vendi casas à Ângela Leão e não sabia da proveniência do dinheiro. A primeira casa que vendi para Ângela Leão foi em 2006. Há outras pessoas que venderam casas e não foram detidas. Fui tratado de forma diferenciada em relação às outras pessoas que também venderam casas, como a declarante Neusa Matos. Não estou a dizer que ela deveria ter sido detida, pois vender casa não é crime em Moçambique. Eu não comi um tostão sequer que não seja fruto do meu trabalho. Não comi o dinheiro do povo. Não me beneficieei de nenhum dinheiro”, **Sidónio Siteo**.

“Entre nas Forças de Defesa e Segurança há mais de 45 anos e sempre recebi diplomas de honra. Estou preparado para ser sacrificado, porque nós estamos a ser sacrificados. Dizem que usei uma pessoa (Teófilo Nhangumele) estranha ao SISE, mas durante os meus 45

anos de serviço usei milhares de pessoas. Não serei condenado por ter usado uma pessoa. Eu trabalhei na fundamentação do projecto (SIMP) e fui dispensado. Tudo o que aconteceu depois não é da minha responsabilidade. Não participei na criação da EMATUM e MAM, muito menos nas discussões sobre o financiamento das empresas e fornecimento de equipamentos”, **Cipriano Mutota**.

“Enquanto estivermos a viver neste ciclo de perseguição, nunca vamos desenvolver Moçambique. Vai sair este Presidente e este ciclo de perseguição vai continuar, só se o próximo for forte e o Partido Frelimo conseguir impor-se. Mas eu acredito que vai, sim, impor-se para começar uma nova era. Eu sou inocente. Não vou dizer muita coisa porque o meu advogado já disse tudo. Não guardo mágoa e espero que um dia, quando isto tudo terminar, possa sentar com o meritíssimo juiz e com a doutora Ana Sheila Marrengula para tomarmos um chá e falarmos do processo”, **Armando Ndambi Guebuza**.

“Somos vítimas de percepção diferenciada dos factos e daquilo que fizemos. Sete meses depois não vi nenhuma prova que confirma as acusações que me são imputadas. Todos aqui somos inocentes e o meritíssimo juiz deve fazer justiça. Deve absolver a todos. Se nos tivessem deixado trabalhar, não teríamos o terrorismo em Cabo Delgado. A ameaça estava somente no mar, que era a pirataria. Estamos a colocar o país de rastos”, **António Carlos do Rosário**.

“Minha família está a sofrer. Eu não beneficieei de dinheiro das dívidas. Recebi dinheiro da Privinvest no âmbito dos contratos de obras que tinha assinado, através da minha empresa M Moçambique Construções. E como não executei os trabalhos, devolvi o dinheiro, conforme instruções dadas pela Privinvest. O Ministério Público não chamou a Privinvest para vir explicar. Se tivesse beneficiado de dinheiro das dívidas, não estaria com dificuldades de pagar o meu advogado e de pagar a caução. Se soubesse da ilicitude do valor não teria pedido 0,4 por cento do valor. Teria pedido 10 por cento”, **Fabião Mabunda**.

“Eu venho de uma família com valores, meu avo foi padre. Eu não sou delinquente. Estou aqui por ser esposo de Gregório Leão. Não participei na criação de nenhuma empresa envolvidas nestas dívidas. Mas eu estou aprender muita coisa desde que fui detida. A cadeia é uma escola, é uma universidade”, **Ângela Leão**.

“Eu vendi o meu terreno (localizado na Marginal de Maputo) para trazer investidores no país. Fiz um negócio. Pedi ao meu amigo Sérgio Namburete para ajudar-me nesse negócio, porque sei que ele trabalha na área da imobiliária. Eu não participei na criação dessas empresas nem na contratação das dívidas. Estranhamente fui detida sem antes de ser ouvida pela PGR. Fui detida, legalizaram a minha prisão e só depois foi ouvida pelo Ministério Público”, **Maria Inês Moiane**.

“Nunca me beneficieei de dinheiro de ninguém. Eu era trabalhador da Africâmbios e cumpria ordens para garantir o meu salário. Nunca soube da proveniência do dinheiro. Quero agradecer a todas as pessoas que contribuíram dinheiro para pagar a minha caução. E agradecer também a doutora Alice Mabota que aceitou defender-me a título gratuito”, **Khessaujee Pulshand**.

“Sou acusado de ter branqueado dinheiro, mas eu nunca escondi o meu dinheiro. Usei os bancos moçambicanos para receber o meu dinheiro. Comprei carros para a minha esposa e minha filha e registei-as em seus nomes. Não vejo porquê razão devia registar o carro da minha esposa ou minha filha em meu nome. Eu trabalhei para conseguir aquele dinheiro. Ninguém veio para aqui afirmar que não trabalhei naquele projecto. Não fiz nenhuma alteração de valores. Se for condenado irei cumprir a pena e que quando sair vou continuar a fazer o meu trabalho como vinha fazendo. Mas da próxima que me deixem terminar o projecto”, **Teófilo Nhangumele**.

“Eu não sabia de muita coisa que foi falada aqui. Hoje estou aqui a responder por algo que não sei. Sou muito pequeno para dizer mais. Eu trabalhei e recebi o meu dinheiro. Sou inocente”, **Bruno Langa**.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

